

DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: UM ESTUDO PRELIMINAR DOS REFLEXOS NA FRONTEIRA COM O PARAGUAI e ARGENTINA

Edson Belo Clemente de Souza
Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

O objetivo do estudo em foco é analisar o espaço fronteiriço, especialmente na região Oeste paranaense que envolve áreas contíguas do Brasil, Paraguai e Argentina.

A Geografia é uma ciência que trata de compreender os fenômenos da sociedade a partir da perspectiva espacial, considerando que a produção do espaço é resultado do movimento da sociedade. Dialeticamente espaço e sociedade se interagem, são inseparáveis, indissociáveis, pois o espaço não é apenas reflexo das relações sociais de produção, é também expressão das relações sociais, ao mesmo tempo em que incide sobre elas. O processo de produção do espaço sendo indissociável do processo de reprodução da sociedade é pressuposto, produto e condição para a reprodução social. Assim, a compreensão do objeto dessa pesquisa está relacionado com o movimento da sociedade, que resignifica os conceitos à luz dos acontecimentos.

A questão das relações bilaterais e multilaterais com os países vizinhos – isto é, os temas transfronteiriços – também fazem parte da pauta de uma política de ordenamento territorial no âmbito nacional, pois possuem importantes repercussões nos fluxos e mesmo em regiões às vezes distantes das fronteiras. Nesse sentido, uma macrovisão do território brasileiro deve visualizar também a unidade maior do subcontinente sul-americano (MORAES, 2005, p.46 *apud* RÜCKERT, 2007).

Esta região se destaca no plano de relações internacionais. A exemplo das relações econômicas, culturais e geopolíticas com o Mercosul; a mobilidade populacional constante para o Paraguai e Argentina e vice-versa, que influencia, no cotidiano da fronteira, com outras identidades sócio-culturais. São territorialidades¹ expressas nos costumes, ritmos, ritos e valores desses povos. Logo, é pertinente se pensar a fronteira também como forma diferenciada de organização territorial daquela da lógica capitalista, pois a fronteira constitui um recorte analítico e espacial das diversas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais.

Mas é na lógica capitalista que se nega a fronteira, conforme Gonçalves (2004), que afirma que o capital quer fluir pelo mundo sem fronteiras. De acordo com esse autor, a fronteira deriva de *front*, expressão militar que designa aquele espaço onde a guerra está sendo travada exatamente pelo controle do espaço. Definida a vitória pelo controle do espaço, o *front* transforma-se em fronteira e o espaço em território². A fronteira substantiva tende a esconder o *front* que a fez. Não há território sem sujeitos que o instituem. Portanto, todo o território se faz por meio dos sujeitos sociais que o fazem. É preciso identificar as territorialidades que subjazem aos territórios.

Martins (1997, p. 150) nos ajuda a compreender a fronteira dizendo que ela é:

¹ De acordo com Guiseppe Dematteis, *apud* Saquet, 2007 a territorialidade não é o resultado do comportamento humano sobre o território, mas o processo de construção de tais comportamentos, o conjunto das práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com outros sujeitos (a alteridade).

² Conforme Saquet (2007) o território e o espaço são ligados e indissociáveis. Neste contexto, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder exercidas por determinados grupos ou classes sociais.

[...]essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular. À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são deferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Para o autor acima, a fronteira é uma linha de separação, seja concreta ou abstrata, que necessariamente não seja rígida, como bem observa HAESBAERT (1997). Para esse autor há duas “lógicas espaciais” de fronteira. Uma é a “lógica territorial tradicional” e a outra é a “lógica reticular”, ambas são distintas, porém articuladas.

A “lógica territorial tradicional” é o modelo de ordenamento territorial por excelência dos Estados nacionais modernos, expressa por áreas onde as relações sociais estão delimitadas e reguladas de forma a serem estabelecidos recortes espaciais contínuos e contíguos que servem como quadro de referência para a ação dos agentes sociais. A identidade territorial tende a legitimar ou a ser legitimada pelas fronteiras político-territoriais.

A outra “lógica espacial” é o padrão reticular de organização do território que envolve outras relações. A lógica da vida dos povos em áreas transfronteiriças questiona esses pressupostos, conforme observa Souza (2002), no vai e vem de brasileiros e paraguaios na fronteira de Foz do Iguaçu com a Ciudad del Leste e de brasileiros e argentinos na fronteira de Foz do Iguaçu com Puerto Iguaçu. Como também no entrelaçamento de brasileiros, argentinos e paraguaios vistos, especialmente, em território brasileiro. É uma demonstração do cotidiano da fronteira, com aspectos contraditórios, complexos e de complementaridade, seja pelos fluxos de serviços, informações, mercadorias ou pelas relações das culturas que os unem e desunem.

Os povos de fronteira, especialmente o estudo de caso de brasileiros, argentinos e paraguaios, sejam migrantes ou não, vivenciam a ambigüidade dessas duas lógicas territoriais: ao mesmo tempo em que se depara com o controle rígido das barreiras fronteiriças internacionais, convive com múltiplas redes de solidariedade, de trocas comerciais, culturais e até mesmo políticas, de caráter transfronteiriço.

São espaços nos quais o local e o internacional se entrelaçam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídas e reforçadas pelos povos fronteiriços. Neles estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos, que constrói, reelabora e constitui uma outra cultura e identidade diferenciada, capaz de recriar um novo lugar, com aspectos regionais. São regiões que não “respeitam” as barreiras existentes, já que há ação e interação dos agentes fronteiriços, estimulando dinâmicas fronteiriças informais.

A ação do Estado é vista especialmente na fiscalização, no vigiar e punir se necessário, “(...) representa a possibilidade de afirmar a posição do País no cenário mundial, simultaneamente à afirmação de seu poder” (BECKER, 1988, p.9), mas não alcança as estratégias desses povos em criar condições de sobrevivência.

Müller (2005, p. 3) ao analisar a fronteira do Brasil com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia, mostra as peculiaridades existentes:

Ao trilhar as ruas, praças, rios e pontes nas fronteiras em questão, passamos a experimentar distintos processos de interação e perceber práticas culturais e intercâmbios estabelecidos pelos moradores locais.

As trocas entre lá e cá, as articulações entre o eu e o eles, as influências de ambos os lados e a consciência de um nós ultrapassam barreiras, cruzam limites, por vezes de modo silencioso e outras de forma gritante, dando concretude ao fenômeno fronteira, tornando-a “viva”, porosa, diluída, borrada e extremamente dinâmica a partir da ação do homem.

A questão agrária é um tema muito presente para nossas fronteiras, refletindo em movimentos migratórios. De acordo com Sales (1996), os fluxos migratórios da fronteira entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai têm muito a ver com o processo de valorização de terras. As recentes migrações de fronteira do Brasil (década de 1970-80) em direção a esses países, causadas por questões agrárias, seriam de duas naturezas distintas, porém inter-relacionadas. Uma delas é a migração de proprietários rurais ou empresários agrícolas (que tanto podem ser grandes proprietários como pequenos produtores familiares) em busca de terras mais baratas para produzir ou especular. A outra é a migração de trabalhadores rurais ou pequenos produtores que foram desapropriados pelo processo de modernização e tecnicização da agricultura, movida pela busca de condições de subsistência.

Aliada ao processo de modernização, a migração também se intensificou com a construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional – Brasil e Paraguai - (década de 1970), pois foram muitos os agricultores que tiveram suas propriedades invadidas pelo espelho d'água da barragem que receberam indenizações insuficientes para compra de novas terras no Brasil. Esses produtores migrantes, a maioria paranaenses do Oeste do Estado, optaram por deslocar-se ao vizinho Paraguai onde as terras eram oito vezes mais baratas. Além disso, no ano de 1967, o governo paraguaio aboliu uma lei que proibia a compra por estrangeiros de terras na faixa de 150 km de suas fronteiras (SOUZA, 2005).

Instalados no Paraguai, esses brasileiros chamados de brasiguaios são responsáveis, atualmente, por cerca de 80% da produção de grãos - em especial a soja e o milho. As estimativas oficiais indicam que cerca de 3,5 mil famílias brasileiros vivem nos Estados de Alto Paraná, Canindejú e San Pedro, as regiões de conflito entre os camponeses e os fazendeiros.

Monocultura intensiva e agricultura de subsistência, produção agrícola de exportação e contrabando, desenvolvimento urbano e lavagem de dinheiro, colonização de território estrangeiro e segregação espacial. Essa é a combinação de características contrastantes e aparentemente contraditórias. Tônica da imigração brasileira no leste do Paraguai.

Concentrada numa região historicamente cobiçada e hoje de importância estratégica no contexto do Mercosul, o fluxo brasileiro assumiu nas últimas três décadas grandes proporções, a ponto de constituir um verdadeiro "espaço brasiguai", cujas dimensões exatas, no entanto, não são totalmente conhecidas, já que boa parte da colonização se desenvolveu nos limites da ilegalidade, ainda que com a conivência do poder público.

A região da fronteira é hoje o principal ponto de discussão sobre o lugar do Paraguai no Mercosul. O contexto atual político do continente sul americano é promissor para o desenvolvimento do Paraguai. Depois de diversos governos autoritários e corruptos, o Paraguai vislumbra uma nova democracia, calcada num governo de histórica base social.

No dia 15/08/08 Fernando Lugo assume a Presidência do Paraguai depois de mais de 60 anos de hegemonia do Partido Colorado no poder. Logo após ser eleito, o

ex-bispo socialista garantiu que promoveria mudanças drásticas nas relações com os países vizinhos, principalmente nas questões referentes à reforma agrária e à renegociação dos controles de energia elétrica, o que vem tirando o sono de milhares de brasileiros que vivem no país (VITAL, 2009).

A construção da hidrelétrica de Itaipu expressou um cenário político novo no Brasil, suscitando várias formas de análise, com perspectivas e diferentes interpretações, mostrando contradições e conflitos. Enquanto uma parcela da população, representando alguns segmentos artísticos, políticos e de outros profissionais, tratava a obra como uma referência tecnológica do mundo contemporâneo, outras parcelas da população compreendiam que os impactos ambientais e deslocamentos da população eram problemas. Problemas que geraram, em defesa das populações deslocadas, manifestações em vários setores da sociedade (SOUZA, 2008).

Situação compartilhada por Almeida (2005, p.2008), que para a construção das hidrelétricas

[...] as periferias são, por excelência, diretamente investidas por um movimento de conquistas e tornam-se fronteiras de recursos nas quais os bens estratégicos, como a água, devem ser apropriados e explorados. Regiões inteiras, extensas bacias, ricas várzeas são cobiçadas para a produção de energia.

Os impactos, deflagrados a partir de meados da década de 70, reconstruíram um novo modo de assimilar o uso e a ocupação do solo, tanto para o meio rural, que mais perdeu terras com a inundação do lago, como para o meio urbano (conforme Tabela 1).

Tabela 1-Número de Propriedades e Áreas Invasadas pelo Lago de Itaipu

| | N.º Propriedades | Área (ha) |
|--------------------|-----------------------------|-------------------|
| RURAIS | 6.913 | 100.607,73 |
| URBANAS | 1.606 | 484,78 |
| T O T A I S | 8.519 | 101.092,52 |

Fonte: Itaipu Binacional.

Conforme dados fornecidos pela Itaipu, a mesma comprometeu, para sua construção, cerca de 101.093 ha do território paranaense. As águas do reservatório inundaram tanto áreas rurais como urbanas, habitadas por cerca de 42.444 pessoas, sendo 38.445 no meio rural e 3.999 no meio urbano. Ao todo foram desapropriados 8.519 estabelecimentos, com tamanho médio de 15 ha. “As usinas hidrelétricas construídas até hoje resultaram em 34.000 km² de terras inundadas para a formação dos reservatórios, e na expulsão – ou, ‘deslocamento compulsório’ – de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas” (BERMANN, 2002, p.43).

O rearranjo espacial, em várias áreas atingidas pelo reservatório, é uma consequência das alterações em terras rurais e urbanas para permitir que o lago se forme. No caso de Itaipu, após o alagamento, alguns municípios começaram o processo de desmembramento territorial, formando com isso novos municípios, que configuram a atual região lindeira (conforme tabela 2 e 3).

Tabela 2 – População dos municípios atingidos e população total da área em conflito –1975

| Municípios | População total³ | Pop. total da área comprometida⁴ | % |
|-------------------|------------------------------------|--|----------|
| Guaira | 47 482 | 3 659 | 7,71 |
| Terra Roxa | 55 268 | 146 | 0,26 |
| M. C. Rondon | 63 458 | 10 600 | 16,70 |
| Santa Helena | 38 831 | 12 181 | 31,37 |
| Matelândia | 35 473 | 70 | 0,20 |
| Medianeira | 45 216 | 1 540 | 3,41 |
| S. M. do Iguaçu | 36 436 | 8 639 | 23,71 |
| Foz do Iguaçu | 49 538 | 5 609 | 11,32 |
| Sub-região | 371 702 | 42 444 | 11,42 |

Fonte: Estudo sub-regional oeste do Paraná – convênio SUDESUL/UFPR

Tabela 3 – Municípios limítimos ao Lago de Itaipu e respectivas áreas - 2008

| Município | Área (km²) | Município | Área (km²) |
|---------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Diamante d' Oeste | 242,789 | Mercedes | 197,661 |
| Entre Rios do Oeste | 120,726 | Missal | 358,150 |
| Foz do Iguaçu | 422,000 | Pato Bragado | 131,900 |
| Guaira | 536,656 | Santa Helena | 631,132 |
| Itaipulândia | 327,728 | Santa Terezinha de Itaipu | 248,133 |
| Mal. C. Rondon | 846,051 | São José das Palmeiras | 188,025 |
| Medianeira | 314,632 | São Miguel do Iguaçu | 894,148 |
| Terra Roxa | 829,250 | | |

Fonte: IPARDES

Os novos arranjos sociais e ambientais provocados pela tecnologia da Itaipu, principalmente nessa região, elucidam a complexa relação entre o ambiente, a

³ IBGE – Centro Brasileiro de Estudos Demográficos (CBED) 1975

⁴ A população total é a soma das populações rural e urbana, obtida da seguinte forma: população rural calculada a partir da população rural ocupada da listagem dos setores censitários (IBGE –1975), tomando-se como homogênea a densidade de ocupação rural por km² nos setores selecionados e considerando-se a proporção população rural ocupada/ população rural do município, obtém-se a população rural da área comprometida; a população urbana foi obtida aplicando-se sobre a população do censo demográfico (IBGE – 1970) a taxa geométrica de crescimento, para o período 1970-75, da estimativa de população urbana – hipótese média da Copel.

tecnologia e a sociedade. Através de um processo ideológico, a sociedade pode estar a serviço dos avanços tecnológicos.

Conforme demonstra as tabelas acima, o impacto da construção da hidrelétrica de Itaipu na região foi muito grande. Não apenas nos aspectos ambientais e sociais, mas também espaciais, constituindo uma nova feição regional pelo desmembramento e formação de novos municípios. Esse quadro de mudanças cria um novo território na região de fronteira com o Paraguai e a Argentina, especialmente na relação demográfica, e que refletirá em novas configurações sociais, econômicas, culturais, políticas e urbanas.

Os principais municípios da fronteira em termos de fluxos econômicos é que vão absorver grande parte dos impactos, especialmente na área urbana dos mesmos. A tabela 4 apresenta os municípios com maior população urbana na região da tríplice fronteira.

Tabela 4 – População Urbana

| | 2000 | 1991 | 1980 | 1970 |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| Foz do Iguazu | 256.524 | 186.385 | 101.330 | 20.147 |
| Ciudad del Est | 223.350 | 133.881 | 49.423 | 7.069 |
| Hernandarias | 47.433 | 28.180 | 11.139 | 2.882 |
| Presidente Franco | 47.589 | 31.825 | 12.637 | n.d. |
| Puerto Iguazu | 32.038 | 27.984 | n.d. | n.d. |
| Total | 606.934 | 408.255 | 174.529 | 30.098 |

Obs.: As cidades paraguaias (Ciudad del Est, Hernandarias e P. Franco) os dados referem-se aos anos de 1972, 1982, 1992 e 2002.

Os dados da tabela acima nos mostram a complexidade urbana de cidades de porte médio e pequeno em região de fronteira, pois o fluxo de pessoas e automóveis, os serviços médicos e de saúde, o sistema educacional, o mercado de trabalho, o comércio e o turismo se mesclam e criam demandas para o conjunto de todos os municípios, saturando a capacidade dos mesmos.

Nas proximidades da tríplice fronteira internacional: Brasil – Argentina – Paraguai, Reolon (2007) analisa a formação de aglomeração urbana na mesorregião Oeste paranaense, especialmente nos municípios de Cascavel, Santa Tereza do Oeste e Toledo. O estudo mapeou a espacialidade dessa aglomeração urbana baseado no movimento pendular exercido pela população. Conforme o estudo,

As articulações sociais urbanas presenciadas entre os distritos da Mesorregião Oeste Paranaense vêm, gradualmente, se tornando mais complexas, imprimindo novos contornos ao sistema regional de cidades. Os fluxos de pessoas entre os diversos distritos situados no Oeste Paranaense estão se ampliando rapidamente à medida que as empresas de transporte coletivo têm implantado novas linhas, a partir de 2000, permitindo, aos habitantes das pequenas localidades, maior acesso aos bens, serviços públicos e privados e empregos ofertados nas principais cidades da Mesorregião, como Cascavel, Foz do Iguazu e Toledo (REOLON, 2007, p.6).

Outro autor que trata da aglomeração urbana é Lima (2007), que propõe discutir a questão urbana e regional em nível internacional, requalificando a aglomeração urbana

da tríplice fronteira. Para esse autor Foz do Iguaçu desponta como uma das maiores aglomerações urbanas da região sul do Brasil. Sua hipótese é de que o Oeste paranaense pode ser compreendido como um “Estado região” em formação, em conjunto com o leste do Paraguai. O centro urbano desta região seria a aglomeração urbana da tríplice fronteira.

Sobre o Oeste paranaense destaca-se o estudo do Iparides (2008) em que se direcionou para leituras mais aprofundadas e detalhadas das espacialidades, definindo uma seqüência de análises iniciada pelo recorte correspondente a essa região do Estado.

“Última fronteira” de ocupação e expansão da exploração agropecuária, essa porção do Estado reúne indicadores econômicos e institucionais que a situam entre os três espaços de maior relevância do Estado, sendo uma das regiões onde a complementaridade das atividades produtivas resulta em uma agroindústria dinâmica com importantes impactos regionais, capazes de provocar rearranjos na estrutura fundiária local e na configuração populacional, consolidando uma densa rede de cidades. (IPARDES, 2008, p.9).

O estudo do Iparides (2008) se converge com a pesquisa do Lima (2007) em relação especialmente a posição fronteiriça, cuja centralidade se manifesta fundamentalmente em Foz do Iguaçu, assegura-lhe o desempenho de funções importantes nas relações internacionais, comércio e turismo, elevando seu peso na geração de riquezas e estreitando vínculos do Paraná (e do Brasil) com os países do Mercosul.

Estudo realizado por Lima (2003), mostra que o perfil competitivo da economia da região Oeste do Paraná no Mercosul se deve à forma como foi estruturado seu aparelho produtivo e, principalmente, ao perfil dos custos de produção e de transportes, para colocar suas mercadorias junto aos consumidores dos outros países.

A tabela 5 apresenta alguns produtos que são produzidos no Brasil, Argentina e Paraguai.

Tabela 5 – Custo de alguns produtos em alguns países do Mercosul (em US\$/Tonelada)

| Produto | Brasil | Argentina | Paraguai |
|----------------|---------------|------------------|-----------------|
| Soja | 149,07 | 131,35 | 173,49 |
| Trigo | 169,73 | 71,40 | 198,25 |
| Milho | 113,56 | 75,47 | 99,57 |
| Cebola | 102,00 | 59,02 | 146,59 |
| Alho | 533,39 | 425,18 | - |
| Algodão | 774,00 | - | 725,33 |
| Carne Bovina | 882,99 | 768,51 | - |
| Frangos | 665,34 | 768,51 | - |
| Suínos | 739,21 | 733,53 | 771,96 |

Fonte: (PERONDI, 1997 apud LIMA, 2003, p.183)

O custo de produção de alguns produtos brasileiros chega a ser de 40, 50 ou 60% a mais que o custo da produção de produtos da Argentina e Paraguai.

Na região Oeste do Paraná estes custos estão mudando, considerando os investimentos industriais no setor de alimentos de carnes. De acordo com o Novo Mapa

da Economia (TERRA, 2006), a Cooperativa Agroindustrial - Coopagril gastará nos próximos anos R\$160 milhões na ampliação de seu aviário, dobrando a capacidade de frigorífico em Marechal Cândido Rondon, um dos municípios da região Oeste.

Conforme Lima (2003, p.184):

[...] a melhoria das condições de competitividade da agropecuária na região em muito depende dos rumos da política agrícola do Governo Federal e das possíveis salvaguardas que venham a ser firmadas junto ao Tratado de Assunção (1991), que instituiu o Mercosul.

Ainda de acordo com Lima (2003), a região Oeste do Paraná está próxima a uma área *sui generis* no Cone Sul, que é a região mediterrânea do rio Paraná, que envolve o Nordeste argentino, o Sudeste paraguaio e o Oeste do Estado do Paraná. O que leva a pensar na possibilidade de uma integração intra-Mercosul, alavancada nos municípios da região, principalmente pelos interesses das municipalidades de Corrientes e Posadas (Argentina), Ciudad de Leste (Paraguai), Cascavel e Foz do Iguaçu (Brasil), cujo Fórum Permanente dos Municípios do Mercosul poderá vir a ser um elemento aglutinador destes interesses.

As possibilidades desta integração da região mediterrânea se acentuarão com a queda total das barreiras alfandegárias, a melhoria na estrutura dos transportes, principalmente no tocante a implementação da hidrovia, aumento da capacidade de escoamento dos ramais ferroviários e rodoviários na região e com a defesa dos seus interesses junto aos centros de decisão do Mercosul. Para isso, faz-se necessário o desenvolvimento de um programa binacional de desenvolvimento fronteiriço, objetivando potencializar a capacidade produtiva, estabelecer novas formas de complementação produtiva e elaborar estratégias conjuntas de comercialização e produção (LIMA, 2003, p.186).

A Argentina e o Brasil são as duas maiores economias do Mercosul, entretanto, enfrentam algumas dificuldades nas relações comerciais. A Argentina está impondo algumas barreiras no setor automobilístico e na linha branca (geladeiras, micro-ondas, fogões), pois a livre entrada dos produtos brasileiros está dificultando o crescimento destes setores na Argentina.

Na área agrícola também ocorrem dificuldades de integração, pois os argentinos alegam que o governo brasileiro oferece subsídios aos produtores de açúcar. Desta forma, o produto chegaria ao mercado argentino a um preço muito competitivo, prejudicando o produtor e o comércio argentino.

Em 1999, o Brasil recorreu à OMC (Organização Mundial do Comércio), porque a Argentina estabeleceu barreiras aos tecidos de algodão e lã produzidos no Brasil. No mesmo ano, a Argentina começou a exigir selo de qualidade nos calçados vindos do Brasil. Esta medida visava prejudicar a entrada de calçados brasileiros no mercado argentino. Estas dificuldades estão sendo discutidas e os governos estão caminhando e

negociando no sentido de superar barreiras e fazer com que o bloco econômico funcione plenamente (sic).

A nova ordem entre os países parece ser a formação de blocos econômicos, pois as relações comerciais se dão nessa escala espacial. Num mundo competitivo, sob os auspícios do capitalismo globalizado, o comando do mercado impõe a lógica do modo de produção capitalista.

Outros temas fortalecem a dinâmica sócioespacial dessa região: a territorialidade religiosa na fronteira; território, identidades e migrações; produção histórica do espaço regional; as relações sociedade-natureza e produção do espaço turístico; regionalização turística; políticas públicas de planejamento urbano e regional e seu papel na dinâmica socioespacial da região Oeste do Paraná; dinâmica territorial do trabalho; a organização das cidades a partir da divisão socioespacial do trabalho; as políticas do agronegócio para fins de compreender seus reflexos no incrudescimento da desigualdade social, no âmbito do espaço regional; e, mídia e modernização agrícola. São realidades desse espaço fronteiro que discutem as atividades produtivas em sua forma dinâmica de acumulação do capital, através de processos relacionados ao poder sobre o território, sua constituição histórica e sua configuração atual.

A localização dos municípios, que compõem essa região, pressupõe uma lógica de relações naturais, econômicas, políticas, sociais e culturais, articulando os mesmos através de um sistema de objetos e de ações. O estudo dessa região poderá revelar alguns eixos transversais representados pela viabilidade de algumas reflexões, que constituem a região de fronteira pelas singularidades e diversidades.

A abrangência de estudos e pesquisas sobre o objeto de investigação proposto permite novos caminhos de leitura, que, pelo movimento do tempo e do espaço, não deverá se esgotar. É um panorama da realidade espacial fronteira que se abre com as possibilidades de interpretações geográficas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Geralda. de. Fronteiras, territórios e territorialidades. In **Revista Anpege**, Nº2, 2005, p.103-114.
- BECKER, Bertha. Prefácio. In ALBERTIN, Catherine et al (Orgs.). **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: Orstom, 1988. 250 p.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. Processos planetários e fronteiras móveis. In BRANDÃO, Maria A. (Org^a). **Milton Santos e o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante - especificidades e diversidades**. Curitiba: IPARDES, 2008.
- LIMA, Fernando R. F. de. Aglomeração urbana da tríplice fronteira: Foz do Iguaçu no contexto do Paraná. In **XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. 21 a 25 de maio de 2007. Belém – PA.
- LIMA, Jandir F. Integração da região: Paraná, Brasil e Paraguai. In PERIS, Alfredo F. (Org). **Estratégias de desenvolvimento regional**. Cascavel (PR): Edunioeste, 2003, p.179 – 192
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORAES, Antonio Carlos R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: **Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005, p.43-47.
- MÜLLER, Karla M. Espaços conurbados de fronteiras nacionais: “leituras” de jornais locais. In **Intexto**, Porto alegre: UFRGS, v.2, n.13, p.1-16, julho/dezembro 2005.
- PERONDI, J. **A agricultura paranaense no Mercosul** .(Monografia de graduação) Toledo (PR). Depto. De Economia. Unioeste, 1997 .
- REOLON, Cleverson A. A aglomeração urbana da soja: um estudo sobre a gênese de aglomerações urbanas não-metropolitanas no Brasil. In **Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana – Simpurb**, 29/10 a 02/11/07, Florianópolis-SC.
- RÜCKERT, Aldomar A. A política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. In **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**. Universidad de Barcelona. Vol.XI, nº245 (66), 1 de agosto de 2007.
- SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. In **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, 13(1),1996 p.87-98.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SOUZA, Edson Belo C. de. **A (re)produção da região do Lago de Itaipu**. Cascavel(PR): Editora Coluna do Saber, 2008.

SOUZA, Edson Belo C. de. Contextualização política da construção da barragem de itaipu. In **Revista Perspectiva Geográfica**. Nº1, 2005, p.25-47.

SOUZA, Edson Belo C. de. **Estado: produção da região do Lago de Itaipu – turismo e crise energética**. Presidente Prudente, SP: Unesp, 2002 (Tese de Doutorado).

TERRA de empreendedores. In **Revista Estadão**. Negócios (Edição Especial). Novo Mapa do Brasil. Maio 2006.

VITAL, Nicholas. O homem que aterroriza os brasiguaios. In **Isto é Dinheiro**.

Disponível em <

<https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastrros/noticias/2008/8/11>>.

Acesso em 03 fev. 2009.